



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

De 16 de setembro de 2021

Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Campo Mourão, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar, e dá outras providências.

O **PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Campo Mourão, o Regime de Previdência Complementar – RPC, a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos dos poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do Município de Campo Mourão a partir da data de início da vigência do RPC de que trata esta Lei, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º O Município de Campo Mourão é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, sendo representado pelo Secretário de Finanças do Poder Executivo Municipal que poderá delegar esta competência.

Parágrafo único. A representação de que trata o *caput* deste artigo compreende poderes para a celebração de convênio de adesão e suas alterações, retirada de patrocínio, transferência de gerenciamento e manifestação acerca da



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

aprovação ou da alteração de plano de benefícios de que trata esta Lei e demais atos correlatos.

Art. 3º O Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei terá vigência e será aplicado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos de quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público a partir da data de:

I - publicação da autorização, pelo órgão fiscalizador de que trata a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, do convênio de adesão do patrocinador ao plano de benefícios previdenciário administrado pela entidade fechada de previdência complementar; ou

II - início de vigência prevista no convênio de adesão firmado com a entidade aberta de previdência complementar.

Art. 4º A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, independentemente da inscrição do servidor como participante no plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS do Município de Campo Mourão aos segurados definidos no parágrafo único do art. 1º desta lei.

Art. 5º Os servidores definidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar poderão, mediante prévia e expressa opção, aderir ao RPC, na forma a ser regulamentada, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da vigência do Regime de Previdência Complementar.

Parágrafo único. O exercício da opção a que se refere o *caput* deste artigo é irrevogável e irretroatável, devendo observar o disposto no art. 4º desta lei.

Art. 6º O Regime de Previdência Complementar de que trata o art. 1º será oferecido por meio de adesão a plano de benefícios multipatrocinado já existente em EFPC-Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Art. 7º Para os fins do contido nesta Lei, considera-se:

I - Regime de Previdência Complementar - RPC: Regime de previdência privada, de caráter facultativo e complementar, organizado de forma autônoma, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, tendo por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma desta Lei Complementar.



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

II - Patrocinador: Os Poderes Executivo e Legislativo do Município de Campo Mourão, responsáveis pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao Plano de Previdência Complementar.

III - Participante: Servidor público efetivo em atividade, que de maneira facultativa, adere ao plano de benefício complementar de que trata esta Lei.

IV - Assistido: Participante ou seu beneficiário que está recebendo o benefício.

V - Plano de benefício: Forma de financiamento e pagamento de diferentes benefícios previdenciários.

VI - Vencimentos: Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, acrescido do adicional por tempo de serviço.

CAPÍTULO II DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Seção I Das Linhas Gerais do Plano de Benefícios

Art. 8º O plano de benefícios previdenciário estará descrito em regulamento, observadas as disposições das pertinentes Leis Complementares, e dos normativos decorrentes desses diplomas legais, e deverá ser oferecido, obrigatoriamente, a todos os servidores municipais de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 9º Os Poderes Executivo e Legislativo do Município de Campo Mourão somente poderão ser patrocinadores de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios programados tenham seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os benefícios pagos.

§ 1º O plano de que trata o *caput* deste artigo deverá prever benefícios não programados que:

I - assegurem pelo menos, os benefícios decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante; e

II - sejam estruturados unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

§ 2º Na gestão dos benefícios de que trata o § 1º deste artigo, o plano de benefícios previdenciários poderá prever a contratação de cobertura de risco adicional junto à sociedade seguradora, desde que tenha custeio específico.

§ 3º O plano de que trata o *caput* deste artigo poderá prever cobertura de sobrevivência do assistido, desde que contratada junto à sociedade seguradora.

Seção II Do Patrocinador

Art. 10. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município de Campo Mourão serão os responsáveis pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão e no regulamento.

§ 1º As contribuições devidas pelos patrocinadores deverão ser pagas, de forma centralizada, pelos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes.

§ 2º O Município de Campo Mourão será considerado inadimplente em caso de descumprimento, por quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, de qualquer obrigação prevista no convênio de adesão e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 11. Deverão estar previstas, expressamente, nos instrumentos jurídicos cabíveis ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo:

I - a não existência de solidariedade do Ente Federativo, enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores; instituidores, averbadores; planos de benefícios e entidade de previdência complementar;

II - os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das sanções previstas para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de participantes e assistidos, de pagamento ou do repasse das contribuições;

III - que o valor correspondente à atualização monetária e aos juros suportados pelo patrocinador por atraso de pagamento ou de repasse de contribuições será revertido à conta individual do participante a que se referir a contribuição em atraso;

IV - eventual valor de aporte financeiro, a título de adiantamento de contribuições, a ser realizado pelo Ente Federativo;



Município de **CAMPO MOURÃO** Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

V - as diretrizes com relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário;

VI - o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a noventa dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Seção III Dos Participantes

Art. 12. Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os servidores efetivos municipais.

Art. 13. Poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que:

I - esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos entes da federação;

III - optar pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§ 1º O regulamento do plano de benefícios disciplinará as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a legislação aplicável.

§ 2º Havendo cessão com ônus para o cessionário subsiste a responsabilidade do patrocinador em recolher junto ao cessionário e repassar a contribuição ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano.

§ 3º Havendo cessão com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de benefícios.

§ 4º O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o afastamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da remuneração.



Município de **CAMPO MOURÃO** Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

Art. 14. Os servidores referidos no art. 3º desta Lei, com vencimentos superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§ 1º É facultado aos servidores referidos no *caput* deste artigo manifestarem o desinteresse em aderir ao plano de benefícios patrocinado pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Campo Mourão, sendo seu silêncio ou inércia, no prazo de noventa dias após sua inscrição automática na forma do *caput* deste artigo, reconhecida como aceitação tácita à inscrição.

§ 2º Na hipótese de a manifestação de que trata o § 1º deste artigo ocorrer no prazo de até noventa dias da data da inscrição automática, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de anulação atualizadas nos termos do regulamento.

§ 3º A anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo e a restituição prevista no § 2º deste artigo não constituem resgate.

§ 4º No caso de anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§ 5º Sem prejuízo ao prazo para manifestação do desinteresse em aderir ao plano de benefícios, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

§ 6º É facultado ao participante, em razão da cessação de seu vínculo empregatício com o Município, que se desligue do plano de resgatar seus recursos, conforme dispuser em Regulamento.

§ 7º É facultado ao participante a portabilidade de seu plano, conforme dispuser em Regulamento.

Seção IV Das Contribuições

Art. 15. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a base de cálculo das contribuições ao RPPS estabelecidas em Lei específica, que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

§ 1º Exceção-se da base de cálculo de que trata o caput deste artigo o RDT-Regime Diferenciado de Trabalho.

§ 2º A alíquota da contribuição do participante será por ele definida, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios.

§ 3º Os participantes poderão realizar contribuições facultativas ou adicionais, de caráter voluntário, sem contrapartida do Patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios.

Art. 16. O patrocinador somente se responsabilizará por realizar contribuições em contrapartida às contribuições normais dos participantes que atendam, concomitantemente, às seguintes condições:

I - sejam segurados do RPPS, na forma prevista no art. 1º ou art. 5º desta Lei; e

II - recebam vencimentos que excedam o limite máximo a que se refere o art. 4º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A contribuição do patrocinador será paritária à do participante sobre a parcela que exceder o limite máximo a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei.

§ 2º Observadas as condições previstas no § 1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios, a contribuição do patrocinador não poderá exceder ao percentual de 8,5% (oito e meio por cento), do valor previsto no caput do artigo 15 desta lei.

§ 3º Os participantes que não se enquadrem nas condições previstas nos incisos I e II do caput deste artigo não terão direito à contrapartida do Patrocinador.

§ 4º Sem prejuízo ao disposto no caput deste artigo, o Patrocinador deverá realizar o repasse das contribuições descontadas diretamente dos vencimentos dos participantes a ele vinculados, inclusive daqueles que, embora não enquadrados no inciso II deste artigo, estejam inscritos no plano de benefícios.

§ 5º Sem prejuízo às demais penalidades e responsabilidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização monetária e consectários de mora estabelecidos no Convênio, regulamento e plano de custeio do respectivo plano de benefícios, ficando o Patrocinador desde já autorizado a adotar as providências necessárias para o regular adimplemento de suas obrigações junto ao plano de benefícios.



Art. 17. A entidade de previdência complementar administradora do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e dos patrocinadores.

Seção V
Do Processo de Seleção da Entidade

Art. 18. A escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios será precedida de processo seletivo conduzido com impessoalidade, publicidade e transparência e que contemple requisitos de qualificação técnica e economicidade indispensáveis à garantia da boa gestão dos planos de benefícios.

Parágrafo único. A relação jurídica com a entidade será formalizada por convênio de adesão, com vigência por prazo indeterminado.

Seção VI
Do Acompanhamento do Regime de Previdência Complementar

Art. 19. O Poder Executivo deverá instituir um Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar (CAPC) nos termos da legislação vigente e na forma regulamentada pelo Município de Campo Mourão:

§ 1º Compete ao CAPC acompanhar a gestão dos planos de previdência complementar, os resultados do plano de benefícios, recomendar a transferência de gerenciamento, manifestar-se sobre alterações no regulamento do plano, além de outras atribuições e responsabilidades definidas em regulamento na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo poderá, alternativamente ao comando do *caput*, delegar as competências descritas no § 1º deste artigo ao órgão ou conselho já devidamente instituído no âmbito dos regimes próprios de previdência social, desde que assegure a representação dos participantes.

§ 3º O CAPC terá composição de no máximo 6 (seis) membros e será paritária entre representantes dos participantes e assistidos, e do patrocinador, cabendo a este a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

§ 4º Os membros do CAPC deverão ter formação superior completa, e atender aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento pelo Município de Campo Mourão na forma do *caput*.



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. As nomeações de novos servidores municipais de cargo efetivo que possuam vencimentos do cargo acima dos valores do limite máximo estabelecido para os benefícios de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, ficam condicionadas ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar previsto na forma do art. 3º desta Lei, ressalvadas as nomeações das áreas de educação, saúde e segurança.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a promover aporte inicial para atender às despesas decorrentes da adesão ou da instituição do plano de benefício previdenciário de que trata esta Lei, observado:

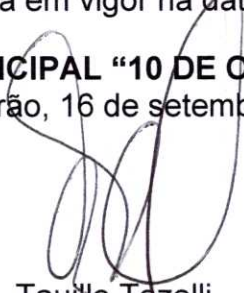
I - O limite de até R\$ 20.000,00, mediante créditos adicionais, para atender, exclusivamente, ao custeio de despesas administrativas pré-operacionais necessárias à adesão ou à implantação do plano de benefícios previdenciário, vedado o aporte desses recursos a entidade de previdência complementar;

II - O limite de até R\$ 100.000,00, mediante a abertura, em caráter excepcional, de créditos especiais, a título de adiantamento de contribuições, cujas regras de compensação deverão estar expressas no convênio de adesão.

Art. 22. O Regime de Previdência Complementar previsto nesta Lei Complementar será regulamentado pela Administração Municipal no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua vigência.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"
Campo Mourão, 16 de setembro de 2021


Tautillo Tezelli
Prefeito Municipal



Município de **CAMPO MOURÃO** Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

Senhor Presidente,

Senhores vereadores:

Na oportunidade em que cumprimentamos Vossa Excelência e Ilustres Pares, encaminhamos anexo o Projeto de Lei que "Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Campo Mourão, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar, e dá outras providências".

As bases deste projeto de lei estão delineadas conforme o Guia da Previdência Complementar para entes Federativos, 5ª edição, do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Projeto de Lei, ora apresentado, tem por objetivo instituir o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos do Município de Campo Mourão conforme previsão nos §§ 14 a 16, do art. 40, da Constituição Federal e no § 6º, do art. 9º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

A presente Proposição não é mera opção normativa facultada ao Município de Campo Mourão, mas sim imposição constitucional decorrente da aprovação da Reforma da Previdência Nacional, instituída com a finalidade de contribuir para o incremento dos recursos necessários à preservação da viabilidade dos regimes de previdência dos servidores públicos.



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

Neste particular, é importante observar que a reforma previdenciária então instituída na CFB não concede ao gestor municipal qualquer margem de discricionariedade, sendo a criação do regime de aposentadoria complementar dos servidores públicos municipais efetivos medida obrigatória para todos os municípios que possuem regimes próprios de previdência.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) se destina aos servidores públicos municipais ocupantes de cargo efetivo, com vencimento superior ao teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que venham a ingressar no serviço público municipal após o início da vigência do RPC, tendo em vista que, a partir de então, o valor dos benefícios de aposentadoria ou pensão a ser pago pelo RPPS, para os novos segurados e dependentes, ficará limitado àquele teto (atualmente \$ 6.433,57).

O projeto de lei não afeta a situação previdenciária dos servidores que recebem vencimentos inferior ao limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, sendo que estes permanecem vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Município, com os mesmos direitos e garantias a eles inerentes. Não obstante, é facultada a participação destes servidores na previdência complementar, embora sem a contrapartida patronal (patrocínio do município), vedada pela legislação.

Na mesma linha, a proposição também não se aplica aos servidores públicos do município que já se encontrem em exercício antes da constituição do Regime de Previdência Complementar, podendo estes, contudo, mediante prévia e expressa manifestação, optar pela adesão ao novo regime.



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

A Instituição do Regime de Previdência Complementar proposto neste Projeto de Lei trará benefícios tanto ao Município quanto aos Servidores Municipais que aderirem ao plano de previdência complementar, dentre estes:

I - Para o Município:

- a) Desvincular a remuneração dos servidores da ativa dos proventos de aposentadorias da PREVICAM;
- b) Estabelecer o teto do RGPS (INSS) para o RPPS (PREVICAM) e diminuir as despesas futuras da Previdência Municipal;
- c) Reduzir os riscos futuros associados ao modelo exclusivamente de repartição;
- d) Impacto Positivo nas contas públicas no médio e longo prazo; e
- e) Possibilitar o aumento e direcionamento de recursos para outras áreas como educação e saúde.

II - Para os Servidores:

- a) Possibilidade de assegurar a mesma renda da ativa na aposentadoria;
- b) Diversificação das fontes de benefícios na aposentadoria entre PREVICAM e REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR;
- c) A contribuição do servidor e a parte patrocinada pelo município irá direto para uma conta individual do servidor;
- d) Os recursos do fundo de Previdência Complementar estarão sujeitos a maior rentabilidade nos investimentos, pois estarão sendo geridos por entidade especializada;
- e) O servidor poderá acompanhar e controlar qual é o saldo e a rentabilidade dos seus recursos na sua conta; e
- f) Possibilidade de cobertura para os riscos de morte e invalidez.



Município de **CAMPO MOURÃO** Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

Importante registrar que, trata-se de um sistema de adesão facultativa, que não trará impactos financeiros adicionais ao Município, posto que as contribuições serão efetivadas a partir da adesão dos servidores, e a parte do patrocinador (município) será custeada com as alíquotas proporcionais decorrentes da quota patronal já estabelecida para a previdência.

Em síntese, para os servidores que percebem valor mensal até o teto do RGPS (atualmente R\$ 6.433,57) ou para aqueles optarem por não migrarem para o RPC, o Município continuará recolhendo para a PREVICAM com o percentual de 18,12 %, calculado sobre seu vencimento e anuênio.

Para os servidores que migrarem para RPC ou ingressarem no Município a partir de sua vigência, o Município contribuirá (1) com o percentual de 18,12% sobre o teto máximo do RGPS (R\$ 6.433,57) para a PREVICAM e (2) com 8,5 % para o RPC, tão somente sobre a diferença entre o valor do vencimento acrescido do anuênio e o teto do RGPS, reduzindo os custos com recolhimento previdenciário para o Município, conforme exemplo abaixo:

Exemplo 1. Médico Plantonista com ingresso após vigência da RPC	
Remuneração	Valor
Vencimento	8.040,30
anuênio	
TOTAL	8.040,30

Previcam - Município (18,12% sobre teto do RGPS)	1.165,76
Previcam - Servidor (14% sobre o teto do RGPS)	900,70
TETO RGPS	6.433,57
Base contribuição RPC(diferença do teto e a rem.)	1.606,73
RPC Município (8,5%) diferença Teto e a remuneração	136,57
RPC - servidor (10% (% opção do servidor)	definido pelo participante

Exemplo 2. Médico plantonista com ingresso antes da vigência do RPC	
Remuneração	Valor
Vencimento	8.040,00
Anuênio	
TOTAL	8.040,00
Previcam - Município (18,12%)	1.456,85
Previcam - Servidor (14%)	1.125,60



Município de **CAMPO MOURÃO** Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

Custo do Município	
Contribuição Previscam	1.165,76
Contribuição RPC	136,57
Custo Total Município	1.302,33

Redução mensal para o Município	154,52
--	---------------

O Poder Executivo deixa de apresentar impacto financeiro, tendo em vista que a aprovação do presente Projeto de Lei não implica aumento de despesas com pessoal para o Município de Campo Mourão, conforme acima explanado.

Por derradeiro, importante destacar que a Emenda Constitucional nº 103/2019 estabelece que a instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC deve ser feita por todos os entes federativos com RPPS em até 2 anos da data de sua entrada em vigor, ou seja, até 13/11/2021. Daí a urgência na aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Face ao exposto, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar para análise dos Nobres Pares esperando ao final o acolhimento e aprovação do presente instrumento legislativo em **regime de preferência**.

Campo Mourão, 16 de setembro de 2021.


Tauillo Tezelli
Prefeito Municipal



Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

DECLARAÇÃO

Declaro para fins de cumprimento ao estatuído no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o Projeto de Lei que *“Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Campo Mourão, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências”*, está adequada do ponto de vista orçamentário e financeiro com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e ainda, a alteração pretendida não incorrerá em aumento de despesa.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmo a presente declaração.

Campo Mourão, 16 de setembro de 2021.



Tauillo Tezelli
Prefeito Municipal